



N.º 2

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA  
REALIZADA NO DIA 19 DE  
FEVEREIRO DE 2010**

Aos dezanove dias do mês de Fevereiro de dois mil e dez, reuniu, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

1. **Informação do Presidente da CME acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;**
2. **Deliberação sobre a proposta da CME relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010, bem como acerca do Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio 2010/2013;**
3. **Deliberação acerca da proposta da CME referente à contratação de eventuais empréstimos de curto prazo em 2010;**
4. **Deliberação sobre o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Évora para o ano de 2010, proposto pela mesma;**
5. **Deliberação acerca da proposta da CME visando a remuneração dos membros dos órgãos sociais do SITEE-EM – Sistema Integrado de Transportes e Estacionamento de Évora, EM, Lda.;**
6. **Deliberação sobre a proposta da CME para a concessão da exploração da cafetaria do Convento dos Remédios;**
7. **Deliberação acerca da proposta da CME para a concessão da distribuição de TV por cabo;**
8. **Deliberação sobre a remuneração do Administrador Executivo da Sociedade de Reabilitação Urbana “Évora Viva” – SRU, proposta pela Câmara Municipal;**
9. **Deliberação acerca da desafectação de uso e de domínio público de uma parcela de terreno sita na Rua dos Penedos, Freguesia de Santo Antão, proposta pela CME;**
10. **Tomada de conhecimento do relatório semestral das demonstrações financeiras do Município de Évora;**
11. **Designação de um representante da AME para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde do Alentejo Central II, nos termos do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro.**

Estiveram presentes os Membros da Mesa:

**Presidente** – Luís Manuel Capoulas Santos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

**1ª Secretária** – Maria Helena dos Santos Costa

**2ª Secretária** – Amália Maria M. Espiridão de Oliveira

Feita a chamada, verificaram-se mais as seguintes presenças: Abílio Fernandes, Manuel Pedro Giões, Henrique Troncho, José Russo, Paula de Deus, M.<sup>a</sup> Elmina Lopes, M.<sup>a</sup> Augusta Pereira, Rui Rosado, Maria Sarmento (em substituição de Jorge Lourido), Cristina Barrenho (em substituição de Francisco Chalaça), Celino Silva, Ricardo Cardador, Filomena Araújo, Gazimba Simão (em substituição de José Luís Cardoso), Florival Pinto, António Jara, Nuno Lino, António Carlos Silva, António Ramos, M.<sup>a</sup> Luísa Antunes, João Cortes, Élia M.<sup>a</sup> Mira, José Serra, Baltazar Damas, Fernando Nunes, Silvino Costa, Baltazar Ramos, António Metrogos, Nuno Catraia de Deus, José Piteira, Joaquim Pimpão, João Ricardo, António Fialho Russo, Felisberto Bravo, António Maduro, José Calado e João Rodrigues.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Ernesto Oliveira, e pelos Vereadores Manuel Melgão, Eduardo Luciano, Jesuína Pedreira e António Dieb.

Aberta a sessão, o Sr. **Presidente** começou por fazer alusão às listagens da correspondência recebida nos serviços da AME, uma enviada com a convocatória e outra acabada de ser distribuída, tendo depois comunicado que tinham entrado na Mesa um voto de pesar, uma proposta de recomendação e uma moção.

Relativamente ao primeiro documento atrás referido, apresentado por Joaquim Pimpão (Presidente da J. F. de N.<sup>a</sup> Sra. da Tourega), denominado «**Voto de Pesar pelo Falecimento de António Cabeçana**», avançou para a sua leitura na íntegra, o qual fica apenso a esta acta.

Como ninguém se quis pronunciar sobre a proposta, o Sr. **Presidente** colocou-a à votação, que foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente, o Sr. **Presidente** convidou o 1º subscritor da proposta de recomendação, intitulada «**Restauro e Recuperação do Cromeleque dos Almendres**», a descrevê-la.

O Sr. **António Silva** leu o texto na globalidade, o qual fica junto a esta acta.

Tratando-se de uma recomendação à Câmara, o Sr. **Henrique Troncho** transmitiu que gostaria de ouvir o Executivo sobre a matéria, a fim de o G. M. do PS pudesse decidir o seu sentido de voto.

Então, o Sr. **Presidente da edilidade** saudou a iniciativa do Sr. A. Silva, porque ela revelava uma preocupação pela situação de degradação do monumento em causa, dando a conhecer que a responsabilidade do mesmo competia às autoridades de arqueologia do Estado, nomeadamente da Direcção Regional da Cultura, para além de ter revelado que a autarquia já manifestara, várias vezes, junto do Sr. Ministro da tutela, a sua apreensão pelo abandono a que o Cromeleque vinha a ser votado.

Paralelamente, anunciou que tinha dado entrada, na Câmara, um projecto visando a criação de um grande empreendimento turístico na Herdade dos Almendres, estando previsto o corte do acesso automóvel às imediações do monumento, bem como a instalação de uma guardaria, destinada a controlar os visitantes.



Quanto à anta do Zambujeiro, noticiou que a Câmara já fizera nela algumas intervenções, ao nível da segurança, mas, devido à falta de vigilância apertada, a mesma era constantemente alvo de práticas abusivas, adiantando que o IGESPAR estava alertado para a necessidade de salvaguardá-la. Por fim, achou oportuna a recomendação entregue pelo Sr. A. Silva, visando, sobretudo, avisar as entidades competentes para o estado de degradação do mencionado património.

Por sua vez, o Sr. **Presidente** participou que visitava o local muitas vezes, sentindo o mesmo pesar reflectido na proposta, concordando que o Cromeleque tem vindo a ser excessivamente ocupado pela presença humana.

Face à posição demonstrada pelo Sr. Presidente da CME, o Sr. **António Silva** fez notar que as questões que levantara não tinham a ver com a valorização do monumento, a médio ou a longo prazo, mas sim com aspectos de conservação urgente e próxima, julgando que o dito estava refém de um projecto turístico, tornando claro que o objectivo da recomendação era para tentar resolver o problema.

Não existindo mais inscrições para analisar o documento em causa, o Sr. **Presidente** pô-lo à votação, tendo ele sido aprovado por unanimidade.

Declaração de voto de Henrique Troncho: “*Votámos favoravelmente a recomendação por concordarmos com algumas das preocupações nela mencionadas e congratulamo-nos com as perspectivas futuras aqui traçadas pelo Sr. Presidente da CME, que poderão, a médio prazo, solucionar definitivamente a situação, valorizando, inclusivamente, aquele espaço*”.

Depois, o Sr. Presidente concedeu a palavra à Sra. **Maria Sarmento**, para que apresentasse a moção denominada «**Atribuição das verbas do PIDDAC**», a qual leu a proposta na totalidade, que fica anexa a esta.

Posto isto, o Sr. **Henrique Troncho** afirmou que todos os investimentos público/privados para o Alentejo, particularmente para os distrito e concelho de Évora, eram bem vindos, não se devendo, na sua óptica, restringi-los ao PIDDAC. Exemplificando, citou o caso do município de Reguengos de Monsaraz, onde vão ser realizados investimentos na área turística, fora do âmbito daquele Programa. A propósito de no documento se fazer menção ao decréscimo dos investimentos no distrito, que passaram de 151.890.735 €, em 2005, para 56.800.994 €, em 2009, chamou à atenção para o facto de, só na região do Alqueva, estarem previstos investimentos a rondar os 200.000.000 €, não esquecendo que o Governo tem vindo a aplicar verbas consideráveis no Alentejo, casos do aeroporto de Beja e do parque escolar, considerando uma tremenda injustiça fazer-se alusão, na moção, apenas ao PIDDAC. Pelos motivos expostos, noticiou que o G. M. do PS iria votar contra a proposta.

Seguiu-se uma intervenção do Sr. **José Russo** que, por falta de gravação, não pode ser reproduzida.

Por seu turno, a Sra. **Paula de Deus** corroborou as teses defendidas pelo orador antecedente, quanto à falta de investimentos nesta região, embora tenha realçado que o Alentejo não é uma obra acabada, pensando que fazer-se uma leitura de que os investimentos financeiros do Estado, nesta região, são efectuados através do PIDDAC não passava de uma interpretação reducionista. Ilustrando a sua ideia, recordou que a CDU, em tempos, manifestara a sua apreensão pela falta do referido Programa



em Borba, sendo certo que, precisamente nesse ano, foi executada a última fase no novo Centro de Saúde daquela cidade. *“Isto é um exemplo de que as fontes de investimento não estão plasmadas no PIDDAC, nem sequer uma ínfima parte, parecendo-me que o próprio Programa é discutível, em termos financeiros”*, declarou a seguir.

Mais à frente, focou os investimentos realizados no concelho de Évora, designadamente ao nível das Unidades de Saúde Familiar, não deixando de enfatizar o facto de estar bem encaminhada a construção do novo Hospital do Espírito Santo, com o financiamento e o empenho da CME, no âmbito dos acessos.

Na área social, lembrou que existiam fortíssimos investimentos, tal como a rede de cuidados continuados, com sedes em Évora, Portel, Estremoz e Alvito, acrescentando que o PS era solidário com a necessidade de se fazerem mais investimentos no Alentejo.

Também no seguimento da alocução do Sr. J. Russo, o Sr. **Gazimba Simão** desejou testemunhar, na qualidade de profissional do ramo, os investimentos que estavam a ser levados a cabo no sector educativo do distrito de Évora, dando a conhecer as escolas que estavam a ser objecto de grandes transformações e reformulações: secundárias de Estremoz (Rainha S.ta Isabel), de Vila Viçosa, Severim de Faria e Gabriel Pereira, variando os custos das obras entre os 8 e os 12 milhões de euros. Para além disto, divulgou que estava previsto iniciar-se, no próximo Verão, a substituição total da unidade de ensino de Arraiolos, bem como grandes intervenções nas de Redondo, de Montemor e de Reguengos, sem esquecer que iriam ser completamente reformuladas as EB 2,3 de Borba, de Estremoz e a André de Resende, acentuando que só os casos expostos tinham a ver com o PIDDAC. Ao nível do programa INALENTEJO, anunciou que estavam em desenvolvimento, naquele momento, a obra dos Canaviais e os centros escolares de Estremoz, de Borba, de Viana, de Reguengos, de Montoito, de Montemor e de Vendas Novas, salientando que a totalidade dos investimentos atrás descritos ultrapassavam os cem milhões de euros.

Voltando a discursar, a Sra. **Maria Sampaio** sublinhou que a moção era suficientemente clara e que se cingia, única e exclusivamente, ao PIDDAC, considerando pouco séria a postura da bancada do PS em estar a fazer propaganda aos investimentos levados a cabo pelo Governo.

Tendo os Membros do G. M. do PS dito que as obras da Administração Central não constavam no PIDDAC mas sim noutro lado, o Sr. **Abílio Fernandes** inquiriu-lhes em que documentos as mesmas figuravam, acrescentando que tinham que estar, forçosamente, no referido Programa.

Então, o Sr. **Presidente** esclareceu que não tinham que estar, se estivessem abrangidas pelo Quadro Comunitário de Apoio.

Reagindo ao derradeiro apontamento da Sra. M.<sup>a</sup> Sarmento, o Sr. **Henrique Troncho** vincou que o G. M. do PS tinha liberdade para falar sobre todas as acções da Administração Municipal e não apenas acerca daquelas que a CDU entendia, julgando que não se podia dar a ideia de um Alentejo sub-apoiado e preterido, quando não era essa a verdade, umas vez que os grandes investimentos estavam a acontecer nesta região. Fundamentando o seu pensamento, exemplificou com os casos do Hospital do Patrocínio, o empreendimento do Alqueva, as escolas focadas pelo Sr. G. Simão, as obras do HESE, com a melhoria generalizada de todos os serviços internos, a barragem dos Minutos, em Montemor-o-Novo, etc. Segundo o próprio, não tinha comparação os investimentos feitos pelo PS, no distrito de Évora, com os dos outros partidos.



Falando-se, na moção, que os municípios de Mora, de Reguengos de Monsaraz, de Vendas Novas e de Viana do Alentejo não tinham qualquer verba inscrita, em PIDDAC, para investimento, o Sr. **Florival Pinto** argumentou que não devia ser este Órgão a «sentir as dores dos outros», estando crente que as respectivas assembleias municipais defenderiam a sua posição.

Paralelamente, fez saber que, para o PSD, o parque do conhecimento Frei Manuel do Cenáculo não era uma prioridade. Não obstante isto, revelou que poderiam contar com o dito partido sempre que fosse preciso reclamar mais investimentos para o Alentejo.

Devido ao facto de pairarem algumas dúvidas no debate, anunciou que a bancada do PSD se iria abster na votação.

Não querendo mais ninguém analisar o documento em apreço, o Sr. **Presidente** colocou-o à votação, o qual foi rejeitado por maioria, com dezoito votos contra (do PS), dezassete votos a favor (dezasseis da CDU e um do BE) e cinco abstenções (do PSD).

Posto isto, o Sr. **Presidente** convidou o 1º signatário de uma moção de congratulação, intitulada «**Nomeação do Dr. Victor M. R. Constâncio para a Vice-presidência do Banco Central Europeu**», a descrevê-la.

O Sr. **Florival Pinto** leu a proposta integralmente, ficando ela apensa a esta acta.

O Sr. **Henrique Troncho** transmitiu que o PS se associava a tal reconhecimento, considerando-o muito justo e bastante prestigiante para o país, devido à elevada competência e capacidade do Dr. Victor Constâncio no desempenho de diversos cargos.

Perante a ausência de mais inscrições para discutir o documento n.º 4, o Sr. **Presidente** pô-lo à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor (dezoito do PS e quatro do PSD) e dezoito abstenções (dezasseis da CDU, uma do PSD e uma do BE).

Declaração de voto do Sr. Florival Pinto: “*Registamos com agrado o voto do PS à moção que apresentámos, lamentando que não tenha tido a mesma abrangência democrática quando, nesta mesma Assembleia, apresentámos um documento semelhante relativamente a Durão Barroso, que não foi apoiado, na altura, pelo PS*”.

Entretanto, o Sr. **Henrique Troncho**, numa interpelação à Mesa, solicitou que fosse esclarecida a aprovação, ou não, do voto de congratulação pela nomeação do Dr. Durão Barroso para Presidente da Comissão Europeia, bem como a posição da bancada do PS na respectiva votação.

Face ao explanado, o Sr. **Presidente** pediu aos serviços da AME que pesquisassem, nos arquivos deste Órgão, sobre a matéria.

Tendo a A. M. sido confrontada, na última sessão, com um problema gravíssimo apresentado por um munícipe desta cidade, relativo ao conjunto habitacional/comercial sito entre a Rua de S.<sup>ta</sup> Marta e a Rua 31 de Janeiro, o Sr. **José Russo** solicitou ao Executivo que informasse sobre as diligências levadas a cabo para resolvê-lo.



Então, o Sr. **Presidente da autarquia** revelou que tivera ocasião de receber os representantes dos inquilinos, tendo assumido o compromisso de escrever aos proprietários e de tentar identificar o mandatário deles, o que foi conseguido, sendo que depois de uma conversa com este advogado (Dr. Godinho Matos), o mesmo recusou qualquer possibilidade de negociação, ou seja, garantiu que era irreduzível a posição dos senhorios em avançarem com as acções de despejo. Após isto, comunicou que escrevera aos proprietários e ao Dr. Godinho Matos, dizendo-lhes que a Câmara não se poderia alhear nem demitir do caso, bem como que era sua obrigação tentar conhecer quais eram as suas intenções, alertando-os, inclusive, que haviam limites bastante rigorosos impostos pelo PDM e pelo PUE, com respeito a volumetria das construções e ao seu uso. Por fim, participou que estava a aguardar a respectiva resposta.

Noutro contexto, o Sr. **Florival Pinto** afirmou: *“A imagem de uma cidade constitui, hoje, um dos seus mais importantes activos na captação de investimento. Uma imagem positiva pode constituir meio caminho para que novas empresas se possam instalar, para que novas gentes aí pretendam viver, para que o desenvolvimento sustentado se faça. Durante anos, Évora viveu do seu passado, da sua monumentalidade, daquilo que os nossos antepassados nos deixaram. Hoje, o concelho quer afirmar-se em novas áreas, entre as quais a aeronáutica, sector onde o investimento municipal é significativo, como evidenciam os documentos previsionais que discutiremos nesta sessão. Porém, num sector tão fechado e sensível como o da aviação, as boas novas são, quase sempre, ligadas com cepticismo e carecem de redobradas confirmações. As más notícias correm céleres e firmam-se depressa, marcando negativamente uma cidade, ou uma região, quando esta dá os primeiros passos neste competitivo sector. Quando a memória ainda mantém frescas as imagens do 11 de Setembro, com tudo de trágico que esse dia trouxe para a aviação, o que Évora menos precisava era de má publicidade, em matéria aeronáutica, quando procura captar investimentos nesta área. Vem isto a propósito das recentes notícias da falta de segurança no aeródromo de Évora. Afirmou o Sr. Director do Observatório de Segurança, José Manuel Agnes, que com toda a facilidade se consegue executar um atentado terrorista, utilizando uma aeronave que descola de um aeródromo, onde não há qualquer controlo nem fiscalização de passageiros ou de bagagens. Esta afirmação, publicada na imprensa e proferida a propósito do recente desvio de uma aeronave que descolou do aeródromo de Évora, é tanto mais grave quando o mesmo responsável considera que este homem poderia facilmente ter executado um atentado, acrescentando que o mesmo poderia ter um plano contra algum objectivo em Lisboa. Admite este alto responsável que, com a mesma facilidade que se fez acompanhar de um revolver e de uma carabina, disfarçadas num simples saco de viagem, também poderia levar um engenho explosivo e lançá-lo durante o voo sobre o Palácio de Belém ou qualquer outro alvo. Esta fragilidade do sistema de segurança do nosso aeródromo municipal não pode continuar. Não sou eu que o digo, mas sim o próprio Director do Observatório, que, de forma inequívoca, afirma: «o aeródromo de Évora, e outros, têm de passar a ter controlo de pessoas e bens». No nosso caso, a história recente aconselha-nos a olhar de forma urgente para este problema. É bom recordar que, em Junho de 2008, a Polícia Judiciária apreendeu duas avionetas de matrícula espanhola, que se encontravam estacionadas no aeródromo de Évora, na sequência de uma operação que levou ao desmantelamento de uma rede suspeita de introduzir em Espanha grandes quantidades de cocaína e haxixe, através da utilização de pequenos aeródromos. No caso mais recente, a avioneta que descolou do aeródromo de Évora tem capacidade para transportar 17 pára-quedistas e uma autonomia de voo superior a 1.000 kms e, conforme disse o Director do aeródromo, Comandante Lima Bastos, à excepção do piloto, não existia, sequer, informação sobre os ocupantes do aparelho. De resto, num acto que mais parece premonitório, uma semana antes*



*desta grave falha de segurança do aeródromo de Évora, o Sindicato Democrático dos Trabalhadores dos Aeroportos e Avião tinha alertado o Ministro das Obras Públicas para os problemas de segurança aeronáutica, dizendo ter dúvidas sérias sobre se os aeródromos reúnem os requisitos definidos pela legislação. Esta é uma situação preocupante, alerta o Sindicato, quando em causa estão a segurança das operações aéreas e a protecção de pessoas e bens à superfície. É o próprio Director do aeródromo de Évora, Comandante Lima Bastos, que, reagindo a estas notícias, admite que o aeródromo de Évora não tem, ainda, uma classificação publicamente atribuída. Face ao exposto, pergunto:*

- 1. Que medidas estão planeadas para o reforço da segurança, nomeadamente do controlo de acesso de pessoas e viaturas ao aeródromo de Évora?*
- 2. Em que situação se encontra o pedido de certificação do aeródromo de Évora junto do INAC, em cumprimento de uma exigência legal, que, se fosse respeitada e após dois anos passados para a sua implementação, levaria a que este aeródromo estivesse encerrado desde Maio de 2009?*
- 3. Em que situação se encontra o pedido de certificação do aeródromo de Évora junto do INAC?*
- 4. Se a continuidade da actividade da Academia Aeronáutica se encontra assegurada, tendo em conta que, se vier a ser atribuída a classe 1 de classificação, essa impede que essas infra-estruturas sejam usadas para instrução de voo”?*

Em resposta, o Sr. **Presidente da Câmara** esclareceu que o aeródromo estava certificado, pelo INAC, como de tipo 2, ressaltando que a edilidade tinha lá feito investimentos muito significativos, desde há vários anos, nomeadamente ao nível da vedação do espaço, de modo a impedir o acesso das pessoas às aeronaves.

No que concerne à classificação da pista, revelou que não podiam lá aterrar aviões com mais de vinte toneladas, bem como que sempre que surgiam informações de voos eram contactados os SEF e a Brigada Fiscal da GNR, para tomarem as devidas providências.

Paralelamente, fez notar ao Sr. F. Pinto que os grandes aeroportos mundiais, com segurança apertada, não estavam livres de sofrerem situações bem piores do que aquela que acontecera em Évora.

Acerca das medidas tomadas, sustentou que passavam por continuar com a prática da prevenção e com o aperto da segurança do aeródromo, resistindo, muitas vezes, contra posições duvidosas de pessoas que exigem ter acesso aos aviões, garantindo que, actualmente, o complexo tem uma vigilância de 24 horas/dia.

Sobre a segunda questão posta, disse que não sabia onde o Sr. F. Pinto fora adquirir tal informação, tratando-se, na sua óptica, de uma falha de interpretação, adiantando que se o aeródromo não estivesse licenciado o mesmo não poderia ter acolhido a realização do Portugal Air Show de 2009.

Por fim, afiançou que a continuidade da Academia Aeronáutica não estava em causa, não deixando de recordar que o espaço fora classificado, em 2007, como o melhor aeródromo nacional, do tipo 2.

Em continuação do PAOD, o Sr. **Henrique Troncho** lembrou que o assunto da isenção de IMI no centro histórico fora alvo de deliberação na sessão de 27 de Novembro/09, bem como que apresentara uma declaração de voto após a votação. Dado que lhe chegara aos ouvidos que a matéria já tinha tido desenvolvimento, inquiriu ao Executivo qual era o seu ponto de situação.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Então, o Sr. **Presidente da autarquia** elucidou que a Câmara recebera uma comunicação da Direcção Geral dos Impostos emitindo o seguinte parecer jurídico: «A Assembleia Municipal não tem poderes para isentar em absoluto o IMI. O poder que a A. M. detém é de minorar, ou não, as taxas entre aquilo que a lei geral define (entre 0,4% e 0,8%). Isentar é competência da Assembleia da República».

Perante o explanado, o Sr. **Henrique Troncho** deduziu que a decisão fora nula.

Interpelando a Mesa, o Sr. **Celino Silva** argumentou que se queria dar a ideia que a A. M. tomara uma decisão juridicamente inválida.....

O Sr. **Presidente** interrompeu o orador antecedente para recordar que a Administração Municipal recebera uma notificação da DGCI (aproveitou para solicitar à mesma uma cópia do documento) contrariando a deliberação que a Assembleia tomara, vincando que este Órgão poderia recorrer aos tribunais para fazer valer a sua razão.

Prosseguindo com a sua palestra, o Sr. **Celino Silva** transmitiu que percebera o sentido da troca de opiniões entre o Sr. Presidente da CME e o Sr. H. Troncho, ou seja, tinham estado a dar uma «pazada» na decisão da AME, classificando tais posições como uma perfeita aldrabice. “*O que a A. M. reconheceu, na altura, foi que a Lei de Bases do Património, conjugada com os Estatutos do Benefícios Fiscais, isentavam os imóveis do centro histórico. O Sr. Presidente não pode deixar que o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. H. Troncho adulterem e tirem conclusões erradas duma decisão legítima da AME*”, rematou.

Face ao apontamento do orador anterior, o Sr. **Presidente** lembrou que um Membro da Assembleia fizera uma pergunta ao Executivo e que este respondera em conformidade, bem como que pedira uma cópia do documento em apreço, anunciando que era sua intenção enviá-lo, posteriormente, aos grupos políticos. Caso estes julgassem oportuno agendar o tema, discuti-lo e consultar um juríconsulto, visando meter uma acção em tribunal, tornou claro que tudo isso era possível, caso não se concordasse com o parecer da DGCI.

## DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROJECTOS DE ACTAS

O Sr. Presidente colocou à ponderação do plenário os projectos de actas:

### **- N.º 2-A, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009**

Perante a inexistência de inscrições para debater o documento supra referido, o Sr. **Presidente** pô-lo à votação, tendo sido aprovado por maioria, com trinta e nove votos a favor e uma abstenção;

### **- N.º 3-A, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009**

O Sr. **Henrique Troncho** propôs:



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- Pág. 5 – linhas 27 e 28 – Que se substituísse a frase «**deu um texto com o teor que se passa a relatar**» por «**que fez a seguinte intervenção**»;
- Pág. 9 – linha 43 – Que se alterasse o nome «**Francisco**» por «**Henrique**».

O Sr. **João Rodrigues** fez notar que, na página 11, linha 31, a expressão «**a sua**» estava repetida e sugeriu que se substituísse a palavra «**Vereação**» por «**Câmara**».

A Sra. **Élia Mira** chamou à atenção para um erro existente na página 3, linha 34, devendo estar escrito «**interpelou**» e não «**interpolou**».

Como mais nenhum Membro desejou introduzir alterações, o Sr. **Presidente** pôs o documento acima mencionado à votação, o qual foi aprovado por maioria, com trinta e oito votos a favor e duas abstenções.

Prosseguindo com a sessão, o Sr. **Presidente** fez menção ao rodapé inserido no ofício/convocatória enviado a todos os eleitos, no qual alvitrava que esta reunião decorresse até 1,00 hora do dia seguinte, fazendo-se, depois, o balanço dos trabalhos, manifestando a sua vontade de se proceder em conformidade.

Por outro lado, participou que se estava a realizar um novo ensaio de transmissão directa, via internet, desta assembleia, com uma ligeira afinação do equipamento tecnológico utilizado anteriormente, com o objectivo de se implementar tal comunicação em definitivo.

Como não existiam mais assuntos para tratar, deu por encerrado o PAOD.

### **PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CME ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO**

O Sr. **Presidente da edilidade** informou o colectivo sobre as actividades desenvolvidas pela autarquia nos meses de Novembro e Dezembro/2009 e Janeiro de 2010, destacando especialmente: as acções promovidas no período do Natal, nomeadamente as denominadas «**Natal Solidário**», fundamentalmente dirigida aos deficientes, com o intuito de os integrar na sociedade, e «**Natal Clássico**», em parceria com outras entidades; o início das obras de recuperação das fontes henriquinas da Praça de Giraldo e das Portas de Moura; o acordo estabelecido com a Sociedade Harmonia Eborense, para a Câmara, através do Arquivo Fotográfico Municipal, acolher e tratar a sua colecção fotográfica; a abertura das candidaturas à bolsa de mérito académico; o ciclo de concertos Promenade; a Mostra dos Jovens Criadores; a Rota dos Sabores Tradicionais 2010; a Mostra de Boas Práticas para a Juventude (Tool Fair) e o começo dos trabalhos de beneficiação da estrada municipal 526, entre a EN 254 e N.ª Sra. de Machede.

Quanto à situação financeira, acentuou que a receita arrecadada baixara relativamente ao período homólogo de 2009 (293.469,85 €), justificando que tal se devera à diminuição de cobrança das facturas da água.

Depois, noticiou que a execução da despesa atingira os 28,2% do orçamento global (17,8% do orçamento corrente e 41,4% do orçamento de capital).



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

No que concerne às dívidas a fornecedores e a outros, anunciou que, em 31.12.2009, toda a facturação estava reflectida no documento apresentado.

Por outro lado, acentuou as dificuldades sentidas pela Administração Municipal em ver libertados os fundos comunitários, os quais serviriam para superar os problemas de tesouraria colocados pelo «factoring», que a obriga a uma cadência de pagamentos muito intensa.

Por fim, fez saber que se previa liquidar, durante o ano de 2010, 4.505.276,79 € de amortizações, 495.742,98 € de juros e 5.001.019,77 € de prestações.

Logo após, tomou a palavra o Sr. **Celino Silva**, que voltou a fazer alusão às dificuldades por si sentidas em acompanhar o controle de execução das actividades da CME, através dos relatórios trimestrais, devido ao facto de virem divididos por serviços, pormenor que o Executivo já se prontificara a resolver, mas sem resultado.

Entrando na análise da Informação em causa, manifestou a sua estranheza por não ver inscrita, na página 8, no item **2.3 – Gabinete de Estudos, Planeamento e Financiamento Externo**, qualquer referência ao Plano de Desenvolvimento Estratégico de 2020.

No que toca à página 11 (**2.7 - Departamento de Intervenção Social e Educação**), leu a parte inicial do 6º parágrafo (Foram celebrados 20 acordos de colaboração entre a CME, Juntas de Freguesia, Agrupamentos de Escolas e instituições de solidariedade parceiras, com o objectivo de garantir o programa de fornecimento de refeições escolares aos alunos dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico do 1º Ciclo da Rede Pública do concelho), tendo, posteriormente, interrogado em que ponto estava o pagamento às Juntas de Freguesia.

No que concerne à pág. 13, fez menção ao único subtítulo (**Apoios Logísticos aos Agentes**), inquirindo o mesmo, em relação às instituições culturais e desportivas do concelho.

Avançando para a pág. 16, reportou-se ao 8º parágrafo, mostrando interesse em saber quando entrara em funcionamento o Sistema de Águas de Guadalupe, em alta, e qual fora o envolvimento que a CME tivera com a respectiva Junta.

Também com respeito à pág. 16, incidiu a sua atenção sobre o 6º parágrafo, a contar do fim, perguntando qual era a relação que existia entre o Parque de Indústria Aeronáutica de Évora (PIAE) e o traçado do TGV no concelho;

Passando à pág. 17, linha 15, revelou que a AME não tinha conhecimento que a Câmara tivesse iniciado o processo de alteração/rectificação do PDM. “*O Plano foi aprovado, está fechado*”, comentou.

Também no que concerne à pág. 17, linha 23, inquiriu o que significava actualização de cartografia do PDM.

Ainda em relação à mesma página, linha 32, perguntou que projectos estavam previstos para as acessibilidades a Valverde.

Um pouco mais abaixo, lembrou que na linha 38 se falava na ampliação, entre outros, do cemitério da Boa-fé, perguntando quando iria começar a obra.

Focando, outra vez, a pág. 17 e uma parte da 18, opinou que existiam nelas uma grande quantidade de questões que não tinham nada a ver com obras de iniciativa municipal.

Transitando para o último parágrafo da pág. 20, solicitou ao Executivo que lhe explicasse o que significava Programa do Sector Oriental do Centro Histórico.

Com referência à pág. 21, interrogou a Administração Municipal se lhe poderia fazer chegar o relatório acerca do estado da arte respeitante à operação piloto levada a cabo no Largo Severim de Faria, conjuntamente com a SRU.



Avançando para a pág. 25, centrou-se no item dedicado à **Sociedade de Reabilitação Urbana «Évora Viva» - SRU**, tendo lido na íntegra o 2º parágrafo, justificando que os Membros Assembleia não tinham que andar nos serviços da CME à procura de papéis ou a «mendigar» cópias de actas ou de relatórios, pensando que deveria de haver uma relação institucional entre a edilidade e este Órgão, passando pela respectiva Mesa, para se ter acesso aos documentos.

Para fechar, anunciou que não vira, na Informação, qualquer alusão ao corte de abastecimento de água à população, ocorrido no dia 5.01.2010. “*Porquê*” (perguntou)? Neste contexto, recordou que a bancada da CDU continuava a aguardar que fosse entregue à Mesa, para esta depois distribuir pelos partidos, os relatórios relacionados com as análises feitas à água bruta da barragem do Monte Novo.

Em aditamento à exposição desenvolvida pelo Sr. Presidente da CME, a Sra. **Filomena Araújo** salientou as iniciativas efectuadas ao nível dos programas **Natal Clássico**, **Natal Solidário** e **Natal Limpo**. Neste último caso, sublinhou a importância que os adolescentes deram à acção, por já terem a noção que é preciso poupar o ambiente, nomeadamente através da reciclagem do papel.

Simultaneamente, relevou o facto de alguns jovens eborenses terem obtido galardões em concursos transfronteiriços, particularmente um 1º prémio, na vertente da pintura, e duas menções honrosas, uma também na área da pintura e outra no ramo do vídeo.

Por último, reportou-se às actividades estruturantes levadas a cabo pelo município, designadamente no âmbito da monitorização da carta educativa, da adaptação da cartografia do ruído ao regime geral do mesmo, das questões relacionadas com o Sítio do Monfurado e do desenvolvimento do programa ECO XXI.

Com o objectivo de melhorar a transparência das contas apresentadas, o Sr. **Abílio Fernandes** sugeriu que os mapas das despesas passassem a indicar quanto se tinha gasto até ao momento. Continuando a aflorar a situação financeira, enfatizou o facto de, em 31.01.10, a Câmara já ter consumido cerca de 30% do seu orçamento, fruto da acumulação de facturas para liquidar no final do exercício passado.

Depois, classificou o quadro das dívidas de muito interessante, parecendo-lhe bastante claro. Contudo, fez notar que o seu valor total não estava exarado nele e noticiou que o mesmo atingia os 56.000.000 €. Também neste contexto, informou o plenário que o limite das dívidas de curto prazo já tinha sido alcançado e que o plafond das de médio e longo prazo estava quase a sê-lo, possuindo uma margem inferior a 2.000.000 €.

Mais à frente, fez notar que os débitos a fornecedores eram de 29.000.000 €, perguntando ao Sr. Presidente da autarquia se sabia qual era o limite para a Câmara não cair na situação de desequilíbrio conjuntural. Esta realidade levou-o a opinar que o Executivo estava perante um estado insuportável, tal como os pequenos e médios fornecedores do concelho, recordando que várias empresas já tinham fechado e que outras estavam a enfrentar problemas de sobrevivência.

Tendo ficado ao corrente, na reunião pública de Câmara de 27.01.10, que fora feita uma auditoria, pelo Tribunal de Contas, à atribuição de subsídios aos agentes culturais e desportivos do concelho, o Sr. **Florival Pinto** inquiriu à Administração Municipal que medidas estavam a ser implementadas para se cumprir a legalidade.

De imediato, a Sra. **Elmina Lopes** divulgou que era frequentadora assídua dos concertos Promenade, lamentando ter constatado a desadequação da Arena d'Évora para o efeito, depois de ter sido adiado o evento de Fevereiro, devido ao frio.



Retorquindo ao apontamento do Sr. A. Fernandes, o Sr. **Nuno Lino** explicou que os 28,2% que figuravam nos mapas não correspondiam a despesa já efectuada, mas sim a cabimentações para o ano inteiro, referentes a bens de fornecimento contínuo.

Quando ao montante total dos débitos de curto, médio e longo prazo, lembrou-lhe que quando perdera a presidência da CME deixara uma dívida de 70.000.000 €, enaltecendo o esforço da gestão PS, a partir de 2002, para recuperar as contas, para mais sem poder recorrer ao crédito, sem perder de vista os investimentos no concelho.

Para acabar, sustentou que a Câmara ainda dispunha de uma capacidade de endividamento de médio e longo prazo de 1.805.000 €.

Contraopondo, o Sr. **Celino Silva** patenteou as suas dúvidas sobre se o orador antecedente teria estado presente na assembleia de Abril de 2002, que discutiu e votou o Relatório e Contas da Gerência de 2001, porque, em caso afirmativo, se deveria lembrar que o saldo total da dívida deixada pela CDU era de 6.500.000 cts (32.500.000 €), aconselhando-o a ir ler os documentos acima mencionados, para verificar a realidade dos números.

Em aditamento às palavras proferidas pelo Sr. Celino, o Sr. **Abílio Fernandes** alvitrou que se acabasse com a conversa de 2001, porque não tinha razão se ser, recordando que no citado ano pedira aos serviços que o informassem acerca da globalidade da dívida da CME, cuja verba veio a ser publicada num jornal pago pela autarquia e para ser distribuído pelos CTT, que nunca chegou a sê-lo, supostamente devido ao facto de o director da empresa ser um candidato do PS, segundo a sua ideia. *“A dívida da Câmara, em 31 de Janeiro de 2001, era de 35.000.000 €, mas tínhamos a receber, de candidaturas de obras já feitas, 5.000.000 € e tínhamos possibilidade de vender terrenos no valor de 13.500.000 €, para além de que tínhamos capacidade de crédito para mais 10.000.000 €. Portanto, aos débitos de 35.000.000 podíamos abater 28.500.000 €. É mentira que a CME devesse 14.000.000 cts em 2001”*, concluiu.

Reagindo às alocações formuladas, o Sr. **Nuno Lino** advogou que a bancada da CDU pretendia esconder a realidade e os factos históricos, lembrando-lhe que ocorrera uma auditoria às contas da Câmara, por iniciativa da gestão do PS, que detectara inúmeras facturas, não lançadas, perdidas pelos gabinetes e pelas gavetas das secretárias, que totalizavam 70.000.000 €.

A propósito da intervenção do Sr. F. Pinto, o Sr. **José Russo** estranhou que os subsídios atribuídos pelo município aos Bombeiros Voluntários de Évora estivessem a servir para liquidar remunerações, recordando que os mesmos, desde sempre, se destinam a apoiar a actividade dos agentes, não esquecendo que estes já não estavam a recebê-los atempadamente, podendo originar que alguns parassem.

Regressando ao uso da palavra, o Sr. **Florival Pinto** explicitou que não fizera qualquer alusão aos Bombeiros ou a outra instituição.

Prontificando-se a responder às interpelações feitas, o Sr. **Presidente da autarquia** começou por esclarecer que o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Cidade de Évora (falado pelo Sr. Celino como assunto inscrito na pág. 8) estava a ser monitorizado no seu desenvolvimento.



Seguidamente, anunciou que o Executivo estava a regularizar os pagamentos às Juntas de Freguesia, atendendo primeiramente aos casos mais prementes, havendo a preocupação que as mesmas não atingissem a situação de rotura.

Sobre a entrada em funcionamento do Sistema de Águas de Guadalupe, em alta, fez saber que não tinha de memória a data de tal inauguração.

No que toca à suposta relação entre o Parque de Indústria Aeronáutica de Évora (PIAE) e o traçado do TGV no concelho, tornou claro que eram matérias que deviam estar em duas alíneas separadas, por não terem ligação directa uma com a outra.

No que concerne à actualização da cartografia do PDM, especificou que tinha a ver com o facto de a carta da REN, respeitante ao concelho de Évora, não estar publicada, pelo que houvera necessidade de se proceder à alteração.

Relativamente a Valverde, elucidou que se tratava de se construir uma nova ponte, visando melhorar os seus acessos.

Com respeito à pág. 17, concordou que o título poderia ser mais preciso, opinando que se poderia ter posto «projectos e obras em curso».

Logo após, elucidou que o Programa do Sector Oriental do Centro Histórico de destinava a recuperar toda a zona compreendida a parque do Chalrrito e a horta do HESE.

Quanto ao Largo Severim de Faria, informou que a sua reabilitação implicava uma intervenção em seis quarteirões, correspondente a 129 edifícios e a mais de 170 fogos, comunicando que iria ser lançado um concurso, em Março próximo, para escolher um parceiro interessado em, conjuntamente com os proprietários, reabilitar aquela área, cabendo ao município tratar dos espaços públicos.

Acerca dos relatórios das análises à água bruta do Monte Novo, comunicou que competia à Águas do Centro Alentejo fornecê-los, recordando que fora dito, na sessão de 29.01.10, que os mesmos estavam disponíveis no respectivo site. Todavia, transmitiu que podia interceder junto das autoridades inerentes, afim de estas facultarem os documentos pedidos.

Com respeito à dissertação do Sr. A. Fernandes, asseverou que não iria entrar na discussão de quanto era a dívida da CME no final de 2001, mas sempre adiantou que os números por ele indicados não estavam correctos. *“Aliás, o Sr. lembra-se, com certeza, que, quando era Presidente da Câmara, o Sr. Vereador Jorge Pinto disse, nesta sala, numa reunião pública realizada em 1997, que a Câmara tinha dois orçamentos, e é verdade. Tinha o orçamento público e tinha um conjunto de outros instrumentos orçamentais que não estavam metidos na escrita, ou seja, era uma contabilidade paralela. Tratavam-se de muitas autorizações de despesa, nomeadamente de facturas que não estavam registadas na contabilidade. E se somar esse registo com aquilo que estava lançado, vai verificar que a dívida era muito superior àquilo que estava nos documentos aprovados, designadamente no Relatório de Contas”*, pronunciou seguidamente.

Para terminar, respondendo ao Sr. F. Pinto, confirmou que a CME fora alvo de uma auditoria por parte do Tribunal de Contas, tendo este organismo apontado duas insuficiências graves: os apoios concedidos ao Bombeiros Voluntários e ao Lusitano de Évora (a acusação ao processo deste clube foi depois retirada). Uma das questões que se punha, participou, era que os Bombeiros estavam a pagar salários com os subsídios concedidos pela edilidade, tendo o TC recomendado a esta que os apoios que concedesse tinham que obedecer a três regras fundamentais: **Primeira** – À existência de um plano de actividades, por parte dos agentes, bastante claro para aquilo que se propunham fazer ao longo do ano; **Segunda** – A indicarem, no documento atrás descrito, onde iriam ser aplicados os apoios a receber; **Terceira** – A Câmara ter que fiscalizar se as instituições cumpriam em conformidade.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Entretanto, o Sr. **Pedro Giões** perguntou ao Executivo que medidas já tinha tomado para resolver o problema dos lares clandestinos em Évora, tendo em conta que era competência do município atribuir as licenças e fiscalizá-los.

Aflorando uma questão posta pela Sra. Elmina Lopes, o Sr. **Presidente da autarquia** recordou que este era o 4º ano de realização de concertos Promenade, nunca se tendo colocado o problema das condições da Arena d'Évora para o efeito. *“Pôs-se agora porquê (interrogou)? “Porque o frio que havia nesse dia era de tal forma intenso que os músicos tinham dificuldade em tocar. Foi um caso excepcional, que ocorreu devido às condições climatéricas”*(respondeu).

Sobre a inquirição formulada pelo Sr. P. Giões, anunciou que a Câmara vinha a cumprir com as suas competências, particularmente no âmbito da concessão de licenças de uso, acrescentando que já tinha indeferido bastantes processos, por não considerar adequado o espaço para a função.

Ao mesmo tempo, revelou que sabia que a Segurança Social estava a conduzir acções de averiguação, lar a lar, devido a pressão da Câmara, com o intuito de descobrir eventuais ilegalidades.

Por sua vez, o Sr. **António Metrogos** divulgou que não tinha conhecimento da entrada em funcionamento do Sistema de Águas de Guadalupe, bem como da ETAR da Freguesia, argumentando que, em ambos os casos, ninguém chegara ao pé de qualquer membro da Junta a comunicar o que se iria fazer.

O Sr. **Presidente da CME** agradeceu a informação do orador anterior, justificando que as obras tinham sido conduzidas pela Águas do Centro Alentejo, adiantando que iria averiguar o que se passara, defendendo que era preciso, sempre que houvesse uma intervenção em qualquer Freguesia, articular com o respectivo Presidente da Junta as operações a levar a cabo.

Regressando à utilização da palavra, o Sr. **Abílio Fernandes** recordou que fizera uma pergunta ao Executivo, sobre o limite do endividamento da CME aos fornecedores, e que não obtivera resposta.

O Sr. **Presidente da Câmara** tornou claro que, de momento, não lhe sabia dizer.

Ainda sobre os acontecimentos do passado dia 5 de Janeiro/10, o Sr. **Celino Silva** recordou que o Sr. Presidente da autarquia assumira o compromisso de enviar a este Órgão, através das respectiva Mesa, o resultado das análises feitas à água bruta da albufeira do Monte Novo, acabando por exclamar: *“Faça favor de cumprir esse seu compromisso”!*

Posteriormente, esclareceu que o que constava no site da Água do Centro Alentejo eram gráficos relativos às análises efectuadas, argumentando que o que a AME necessitava de saber era o estado do precioso líquido naquele dia.

Posto isto, o Sr. **Florival Pinto** questionou à Mesa se já estava em condições de informar o plenário acerca da votação ocorrida aquando da apresentação, pelo PSD, de um voto de congratulação pela nomeação do Dr. Durão Barroso para Presidente da Comissão Europeia.

O Sr. **Presidente** respondeu que, na sessão de 21 de Setembro/09, o documento em apreço fora aprovado por maioria, com quinze votos a favor (treze do PS e dois do PSD), catorze votos contra (doze da CDU e dois do PS) e uma abstenção (do PS).

O Sr. **Florival Pinto** precisou que se tinha referido a 2004.



O Sr. **Presidente** retorquiu que iria dar instruções aos serviços da AME para pesquisarem novamente.

Seguiu-se um intervalo de 10 minutos.

Retomados os trabalhos e já na posse do resultado da votação do documento falado pelo Sr. F. Pinto, o Sr. **Presidente** participou que o mesmo obtivera vinte e dois votos contra (onze do PS e onze da CDU), um voto a favor (do PSD) e oito abstenções (seis do PS e duas da CDU).

Depois, lembrou que era meia-noite e que ainda faltavam muitos pontos para discutir, pelo que colocou à ponderação do colectivo a possibilidade de se analisar as GOP e o Orçamento e continuar-se a sessão na sexta-feira seguinte, ou tratar-se dos outros pontos e deixar as aludidas propostas para o dia 26.02.10.

O Sr. **Henrique Troncho** achou preferível iniciar-se a discussão das GOP e do Orçamento e levá-la até ao fim e que, após isso, se o colectivo entendesse suspender os trabalhos para outro dia, o PS não tinha nada a obstar.

O Sr. **José Russo** considerou que talvez fosse conveniente tratar-se dos outros pontos e deixar os documentos acima citados para a outra semana.

O Sr. **Florival Pinto** manifestou a sua convicção de que, com algum esforço, tratar-se-iam todos os pontos hoje.

O Sr. **Presidente** tomou como boa esta última posição e resolveu avançar com a reunião, com a concordância da A. M.

## **PONTO 2 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CME RELATIVA ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2010, BEM COMO ACERCA DO PLANO PRLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O QUADRIÉNIO 2010/2013**

O Sr. **Presidente da CME** explicou que o Executivo, para manter a situação financeira do município o mais possível controlada, convencionara preparar um Orçamento não superior ao do exercício passado (75.000.000 €), até porque as despesas correntes vinham a aumentar exponencialmente.

Por outro lado, deu a conhecer que o supra mencionado indicara aos serviços que 2010 seria um ano de grande contenção, em termos de obra nova, ou seja, ter-se-ia de dar continuidade aos projectos que estavam em curso, bem como que se teria que dar um forte impulso no pagamento das dívidas transitadas, visando a manutenção da situação de equilíbrio.

Paralelamente, vinhou que o Orçamento em causa era subordinado a duas condicionantes: ao rigor e à ambição, neste último aspecto com o objectivo de se alcançar um concelho com melhores níveis de bem-estar para a população.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

De imediato, comunicou que se apresentava um Orçamento de 81.000.000 € e não de 75.000.000 €, porque se conseguira que o Ministério da Educação assumisse, por inteiro, a obra de requalificação da Escola André de Resende, sustentada pelo OGE, tendo sido preciso abrir uma rubrica no mesmo para o efeito, no valor de 4.500.000 €. Para além disto, anunciou que houvera necessidade de cabimentar mais 1.500.000 € na conta de Obras Transitadas do Ano Anterior, referente ao Parque de Indústria Aeronáutica.

Simultaneamente, divulgou que estavam a ser tomadas algumas medidas para reduzir os encargos, designadamente no âmbito das telecomunicações, dos combustíveis e da gestão do parque de viaturas, calculando-se que se possa poupar 10% das despesas correntes.

No sentido inverso, patenteou a sua esperança em ver aumentadas as receitas, através de uma cobrança mais eficaz da água, revelando que se iria apertar, de uma forma progressiva, a cobrança da respectiva facturação, até porque a dívida total dos municípios/empresas já atingia os 5.000.000 €.

Também no domínio dos proventos, noticiou que a autarquia iria pôr em hasta pública alguns terrenos.

Posteriormente, o Sr. Presidente facultou a palavra ao Sr. **Ricardo Cardador**, que demonstrou interesse em obter mais informação, nomeadamente ao nível dos dados finais de 2009, no que concerne à receita e à despesa, para podê-los comparar com o Orçamento em apreço. Com respeito a este último documento, fez saber que tinha dúvidas quanto à execução da receita, baseando-se no histórico dos últimos quatro anos, que confirmava uma quebra/estagnação nela, supondo que, para atingir os seus intentos, a Administração Municipal teria que recorrer ao crédito, a vender património ou a não realizar parte da despesa.

Para ilustrar o estudo que fizera, exibiu um gráfico através de um retroprojector, onde mostrou que as receitas da Câmara foram: em 2006 – 30.003.000 €; em 2007 – 33.000.000 €; em 2008 – 30.600.000 €; até Outubro de 2010 – uma quebra de 10%. Segundo a sua ideia, existia um aumento generalizado de todas as rubricas do Orçamento, realçando que a edilidade nunca conseguira cobrar na totalidade os proventos previstos, exemplificando com os casos de 2006 (73%), 2007 (74%), 2008 (67%) e até Outubro/09 (50%). *“Como é que o Sr. Presidente da CME estima auferir, em 2010, 44.000.000 €, em contra-ciclo com todo o histórico?”*(interrogou)?

Em termos de receita total esperada, mostrou-se céptico quanto à possibilidade de a autarquia vir a arrecadar 81.000.000 €, tendo em conta que a mesma apenas conseguira angariar 45.000.000 € em 2006, 47.000.000 € em 2007, 41.500.000 € em 2008 e 48.700.000 € em 2009 (até Outubro).

Para fechar perguntou e afirmou: *“O que é que vai mudar e o que é que vai ser feito de diferente?”* *“Porque quando fazemos projecções, a melhor base com a qual conseguimos trabalhar é o histórico, isto é, é olhar para trás e ver aquilo que conseguimos cobrar, aquilo que orçamentámos e aquilo que executámos. Olhando para ali (o gráfico), fica-nos a dúvida de quais são as condições que irão permitir que a previsão de receita se torne viável”*.

Por seu turno, o Sr. **Nuno Lino** classificou o Orçamento de realista, na medida em que mais de 90% da despesa calculada correspondia a compromissos anteriormente assumidos, que teriam que ter, sempre, cabimento no documento supra referido. Asseverou, também, que o Orçamento incluía, claramente, as verbas necessárias para saldar os compromissos, acrescentando que nele estavam contidas as prioridades de investimento, incorporando todas as grandes obras estruturantes definidas como tal, nomeadamente o Parque Industrial Aeronáutico, a 2ª fase do Parque Industrial, a construção da Escola Básica Integrada dos Canaviais, a requalificação da Escola André de Resende e o projecto Polis XXI. Declarou, ainda, que era um Orçamento rigoroso, tendo em conta a situação



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

financeira do município, não deixando de enaltecer o contributo positivo do Vereador do PSD, ao ter apresentado propostas e sugestões para o efeito, demonstrando uma postura construtiva e observando o interesse municipal, contrariamente à posição da CDU, que, na sua óptica, só sabe dizer mal e votar contra.

Para acabar, anunciou que a bancada do PS concordava com as propostas em análise e que as iria votar favoravelmente.

Estando calculado um volume de receitas a rondar os 81.000.000€, o Sr. **Abílio Fernandes** chamou à atenção para o facto de que, nos últimos cinco anos, as mesmas nunca tinham atingido os 50.000.000 €, sublinhando que no Orçamento em debate figuravam quatro rubricas que totalizavam 67.000.000 € (Dívidas a Fornecedores – 29.000.000 €; Encargos com Pessoal – 22.000.000 €; Serviço da Dívida – 9.500.000 € e Transferências para as Freguesias e Outras Entidades – 6.600.000 €), alusivas aos compromissos que a Câmara não podia fugir, parecendo-lhe que a autarquia iria atravessar uma situação bastante grave.

Respondendo às interpelações formuladas, o Sr. **Presidente da CME** começou por aflorar o apontamento do orador antecedente, opinando que o mesmo misturara despesas de capital com despesas correntes, julgando que, assim, estivera a distorcer as reais dificuldades da edilidade. Apesar disso, assegurou-lhe que o Orçamento estava feito no sentido de não aumentar os encargos do município, mediante tentar-se reduzir os gastos e aumentar-se os proventos.

Mais à frente, reconheceu que as despesas correntes tinham aumentado, embora tenha feito notar que não era um problema só da CME, mas também de todas as autarquias do país, tendo, inclusive, dado a conhecer que a dita perdera em impostos directos, no exercício passado, cerca de 6.000.000 €. *“Onde é que a CME tinha, na tesouraria, 15.000.000 € para pagar o Parque Industrial Aeronáutico”* (inquiriu)? *“Não tinha”* (exclamou)! Segundo o próprio, não se podia perder tal oportunidade, mesmo sem haver dinheiro em caixa, conforme já acontecera no passado, antes da CDU tomar conta dos destinos da Câmara, em que o poder político da época desaproveitara a oportunidade de instalar em Évora algumas fábricas, que acabaram por ir para Vendas Novas.

Quanto a uma pergunta posta pelo Sr. R. Cardador, advogou que a autarquia eborense não podia ter uma facturação semanal de 15.000 € de combustíveis, não podia ter máquinas paradas na oficina durante quatro meses, não podia gastar tanto numerário em telecomunicações e em correio e que não podia continuar a ter uma atitude liberal relativamente à distribuição de subsídios, não esquecendo que os salários vinham a subir gradualmente, que o IVA aumentara e que as contribuições para a ADSE e para a Segurança se agravaram exponencialmente.

Para inverter a acentuada quebra de receitas, comunicou que o Executivo iria aumentar a venda de terrenos, iria tentar cobrar dívidas de terceiros e que iria pressionar os fundos comunitários para liquidarem os seus débitos (cerca de 10.000.000€), estando convicto que, com as medidas atrás expostas, as contas da CME iriam ficar mais equilibradas.

Em função das explicações produzidas pelo orador anterior, o Sr. **Ricardo Cardador** perguntou-lhe, tendo em conta o orçamento de despesa apresentado e perante a expectativa de um auferimento baixo de receitas, qual era a despesa que esperava não executar.

Incidindo a sua atenção sobre as GOP, o Sr. **Celino Silva** opinou que o documento não era suficientemente claro, fundamentando com o facto de os respectivos grandes princípios orientadores não coincidirem com os objectivos traçados, parecendo-lhe que estava tudo baralhado e confuso.



Com respeito aos 5º e 6º parágrafos da introdução e às justificações dadas pelo Sr. Presidente das Câmara acerca da passagem do Orçamento de 75.000.000 € para 81.000.000 €, considerou que não se tratava de uma gralha, tendo a ideia que a alteração verificada causara distorções no resumo do documento atrás citado.

No que concerne ao **objectivo 2**, na parte dos Serviços Colectivos e Habitação, recordou que se fazia menção a diversos programas (reabilitação de fogos, casa caiada, etc.), mas chamou à atenção para a realidade de não se incluir no **objectivo 4** (pág. 17) uma fundamentação consistente, para os Membros da A. M. ficarem totalmente a par dos mesmos.

Prosseguindo, focou o 9º parágrafo da pág. 13 [No domínio das obras de iniciativa municipal, (...), são de destacar os seguintes projectos: - Via de Cintura/Ramo Nascente;], inquirindo: “*Ainda se está a falar de projecto da via de cintura*”?

Mais à frente, fez alusão aos diversos itens das páginas 14 e 15, especialmente ao que tinha somente escrito «Empresa Águas dos Centro Alentejo», inseridos no sector dos Serviços Colectivos e Habitação (FUNÇÕES SOCIAIS), interrogando: “*Temos que voltar à escola para perceber quais são as intenções da Câmara sobre esta matéria*”?

Para si, o Plano de Gestão do Centro Histórico não estava suficientemente valorizado, ao ponto de merecer um debate alargado à população da cidade, às instituições, ao comércio, etc., achando que ele deveria ser melhor tratado, até para a Administração Municipal ser confrontada com o que já afirmara várias vezes, de que nunca existira um projecto para o efeito, esquecendo que a CDU, em 1982, implementara um Plano do género.

De seguida, opinou que não se podia apelidar «operação piloto» à intervenção a efectuar no Largo Severim de Faria, por entender que uma obra daquele tipo se faz para servir de modelo a um trabalho de fundo.

Posteriormente, relevou que o Plano de Desenvolvimento Estratégico de 2020 era referido, de passagem, na rubrica do centro histórico. “Porquê” (interrogou)? “*Se nos esquecemos disto, vamos metê-lo numa gaveta*”, pronunciou.

Para terminar, sustentou que o que acabara de dizer e outras opiniões emitida pelos eleitos da CDU, quer na Câmara quer na Assembleia, significavam formas de encarar determinadas políticas, tarefas e orientações, não se escusando de assumir a responsabilidade de lutar em prol da população, da cidade e do concelho, adiantando que aquilo que o Sr. N. Lino declarara, na parte final da sua dissertação, não passava de uma cassete já gasta.

Pegando no que o seu camarada acabara de dizer, o Sr. **José Russo** explicitou que quando a CDU aborda qualquer matéria, procura fazê-lo de forma a poder contribuir para a evolução do interesse dos munícipes, frisando que a mesma não podia concordar com determinadas propostas do PS, devido à divergência dos respectivos programas, sobretudo no modo de gerir desta última força política.

Relativamente à circunstância de a CDU não ter apresentado contributos para alterar as GOP e o Orçamento, recordou que os seus Vereadores já tinham explicado as razões em reunião de Câmara, que se deviam ao facto de eles terem constatado que, quando se tratavam de grandes questões de ordem política, o PS não as acolhia.

Logo após, leu os seguintes apontamentos: «De acordo com os dados que dispomos, a situação económica da CME atingiu, no último ano, a pior situação desde o 25 de Abril/74, pois, nunca como hoje, a Câmara de Évora faltou aos seus compromissos para com um tão grande número de instituições e fornecedores, contribuindo, dessa forma, para a instabilidade da vida de muitas empresas, de algumas Juntas de Freguesia, conforme declarações proferidas por diversos Presidentes



de Junta nesta Assembleia, e também pela generalidade dos agentes culturais e desportivos do município, que, não só, continuam por receber subsídios de 2009, como não têm, por parte da Câmara, qualquer indicação de quando os poderão receber.

Como todos sabemos, os Planos e Orçamentos devem ser instrumentos rigorosos de orientação da gestão da vida do município e se é natural que, em relação às receitas de capital, exista um conjunto de incertezas, que decorrem de candidaturas aos fundos comunitários, aos contratos-programa e, até, à própria conjuntura económica, já não se compreende que, relativamente às receitas directas da Câmara, essa planificação não estabeleça as necessárias prioridades, de modo a honrar as suas obrigações.

Na avaliação que fizemos a estes documentos, à semelhança do que tem acontecido nos anos anteriores, não verificamos esse rigor, antes pelo contrário, o que se constata é exactamente o inverso. Uma vez mais, este Plano volta a apresentar-nos um conjunto de promessas, que todos sabemos que não serão concretizadas.

Sem querer entrar em muitos pormenores, não resistimos, ainda assim, a referir, por exemplo, a uma afirmação do objectivo 2, que diz: “**Esperamos que 2010 seja o ano de arranque do complexo desportivo**”. Então, não arrancou antes das eleições, com a garantia da realização da obra em 12 meses? Então, quem pagou os tapumes e o respectivo cartaz, se a obra não está em curso e apenas se espera o arranque em 2010?

Na leitura que fizemos dos objectivos, não conseguimos perceber qualquer coerência estrutural. Para além de se repetirem, sistematicamente, as mesmas questões e, muitas vezes, se utilizar um retórica meramente propagandística (ver, por exemplo, os parágrafos 5, 6 e 7 da página 10, do objectivo 2), não se compreende o propósito da inclusão, no objectivo 1 (Serviços à População), de candidaturas a financiamento ou projectos nas áreas da cultura ou da educação, quando essas questões se integram noutros objectivos.

Ao avaliar este documento, verificamos, sem surpresa, que ele tem, claramente, a marca do PS e uma manifesta preocupação de tudo fazer constar, sem que, todavia, se perceba exactamente quais são os seus verdadeiros compromissos».

Regressando à utilização da palavra, o Sr. **Abílio Fernandes** anunciou que estava de acordo com o Sr. Presidente da edilidade, no que concerne ao estrangulamento financeiro de todas as câmaras do país, fundamentando que tal se devia à entrada em vigor da Lei das Finanças Locais, numa manifesta intenção do Governo PS fazer perder a autonomia às ditas e de pô-las dependentes do Poder Central. Independentemente disto, lembrou que o Sr. Presidente da autarquia perguntara: “*Então, deixaríamos de fazer obras para a EMBRAER e de construir escolas*”? Para si, esta interrogação não tinha cabimento, porque ninguém estava contra que tais projectos avançassem, recordando, contudo, que haviam limites fixados na lei.

A propósito de o referido autarca ter dito que não sabia qual era o limite das dívidas de curto prazo, divulgou que fizera uma estimativa e que concluía que a CME já estava em desequilíbrio conjuntural, pensando que se ela prosseguisse com a execução de projectos como o do Parque de Indústria Aeronáutica, poderia cair numa situação de desequilíbrio estrutural, ficando, neste caso, impedida de realizar mais obras.

Para rematar, mostrou-se agradado por a Administração Municipal ir cortar nas despesas dos combustíveis e das telecomunicações, mas defendeu que tal poupança não iria resolver o estado de calamidade financeiro da Câmara.



Depois, falou a Sra. **Amália Oliveira**, que ficou, momentaneamente, privada do seu cargo de 2ª Secretária, tendo dito que se os Membros da A. M. recebessem a documentação para as sessões em formato digital talvez os ajudasse a compreender melhor as matérias, recordando que o próprio Governo já recorre às novas tecnologias para apresentar o OGE na A. R.

De imediato, transmitiu que lhe dera a sensação que os objectivos insertos na introdução das GOP era, na realidade, aquilo que o Executivo tinha vontade de fazer, tendo a ideia que não houvera baralhar de nada, mas sim que as actividades da Câmara estavam condicionadas à sua situação financeira.

No que toca à renovação da imagem da agenda cultural, inquiriu porque era que a edilidade tinha três espaços de propaganda (o Boletim Municipal e as revistas «Évora Cidade» e «Évora Mosaico») e estava a gastar tanto dinheiro, numa altura de contenção, advogando que se poderia optar por uma única edição trimestral para o efeito.

Posteriormente, perguntou se os programas de enriquecimento curricular do 1º ciclo iriam continuar da mesma maneira ou se iriam ser repensados, por entender que eles não tinham um rumo definido e porque eram alterados constantemente, para além de julgar que as pessoas que entravam de novo não possuíam as necessárias competências para o trabalho a desenvolver, não deixando de desafiar a Câmara a fazer uma avaliação do que tinha sido feito até ao momento e tentar perceber onde era que se tinham que efectuar modificações.

De seguida, noticiou que compreendera que apenas tinham sido orçamentados 25.000 € para a reabilitação do centro histórico, interrogando o que era que se poderia recuperar com tão insignificante verba.

Abordando um aspecto focado pelo Sr. Celino (a inclusão da Águas do Centro Alentejo no sector dos Serviços Colectivos e Habitação – pág. 14 das GOP), duvidou que se tratasse de um engano, pensando, sim, que, provavelmente, a empresa iria passar a explorar a água da rede em baixa.

Logo após, demonstrou interesse em saber o que era que iria ser feito relativamente à rega e aos espaços verdes da cidade, não deixando de aflorar a existência de, cada vez mais, casas degradadas no centro histórico e de habitações abandonadas nalguns bairros periféricos da urbe, não encontrando justificação para a continuada política de implementação de novos loteamentos e construção de urbanizações.

Prosseguindo, realçou que a remodelação da mata do Jardim Público já estava prevista nas GOP para 2009.

Passando à parte da cultura, perguntou se os subsídios iriam ser pagos às organizações do concelho, por não ter encontrado, no Orçamento, qualquer quantia para o efeito, bem como o que era que queria dizer «privilegiar o trabalho com os agentes culturais locais».

Reportou-se, depois, «às novas condições para o início da reconstrução do Salão Central», lembrando-se que tal já acontecera durante a campanha eleitoral para as eleições autárquicas.

Incidindo a sua atenção sobre a Arena d'Évora, salientou que estavam destinados 35.000 € para acções culturais, questionando se estas iriam ocorrer só no Verão ou também no Inverno. Neste caso, inquiriu, ironicamente, se seriam distribuídas mantas aos espectadores e luvas aos músicos.

Sobre o Teatro Garcia de Resende, perguntou se as obras da sua recuperação tinham climatização inserida. Se a resposta fosse negativa, mostrou vontade em saber, igualmente com ironia, se iriam ser colocados á disposição do público os habituais abafos vermelhos.

Por seu turno, o Sr. **Gazimba Simão** considerou muito curto que a oposição estivesse a acusar a Administração Municipal de que as receitas eram cada vez menos e as despesas cada vez mais,



fazendo sentir que a população do concelho esperava dela outra atitude, como, por exemplo, dar contributos e propostas para inverter a situação.

Entretanto, o Sr. **Henrique Troncho** enfatizou o facto de as GOP e o Orçamento terem sido elaboradas numa conjuntura extremamente desfavorável, entendendo que era bastante fácil a oposição limitar-se a uma actuação passiva, isto é, a não apresentar propostas para a governação da Câmara e a criticarem o trabalho do Executivo, fazendo notar às bancadas da CDU, do PSD e do BE que não tinham sido eleitos para serem juízes, mas sim para partilharem as acções do mesmo, bem como as consequências. Neste sentido, lembrou que a atrás citada se resumira a afirmar que a despesa era enorme, mas que não avançara com sugestões para a diminuir. *“Podiam dizer onde é que iam cortar nos gastos”* (exclamou)! *“No pessoal”* (interrogou)? *“Nos outros meios”* (idem)? *“No investimento”* (idem)? *“Onde”* (idem)? *“Porque ela para diminuir significa tomar decisões difíceis numa dessas áreas. Não contentes com isto, quando se trata da receita, também aparece a conversa que todos os compromissos têm que ser cumpridos. É óbvio que os subsídios têm que ser pagos. E os Srs. também não dizem como é que se pode aumentar a receita, sendo fácil declarar que não há dinheiro e que a Câmara é ingovernável”*, pronunciou.

Continuando, elogiou a posição do Vereador do PSD, vincando que o mesmo tivera o sentido de responsabilidade suficiente para não inviabilizar os documentos, achando a sua declaração de voto extremamente correcta.

Para fechar, concordou que existiam dificuldades, mas relevou que haviam obras e investimentos que não podiam deixar de ser feitas, com muita imaginação e rigor, não se podendo, na sua óptica, parar, embora admitindo que algumas coisas não iriam ser concretizadas.

Reagindo ao apontamento do Sr. A. Fernandes, o Sr. **Nuno Lino** acentuou que a Lei das Finanças Locais previa três tipos de endividamento: o de curto prazo, o de médio/longo prazo e o líquido.

Reportando-se ao documento apresentado no ponto anterior, transmitiu que as margens eram, no caso do endividamento líquido, de 14 milhões de euros, no caso do endividamento de médio/longo prazo, de 1 milhão e 800 mil euros, salientando que, relativamente ao endividamento de curto prazo, houvera um excesso de 17 mil euros, justificando que estes últimos eram contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados num prazo máximo de um ano após a sua contratação. Como os empréstimos de curto prazo eram contraídos ao longo do exercício e não a 1 de Janeiro de cada ano, fundamentou que os mesmos poderiam ser saldados até um ano após a sua contracção.

Voltando a utilizar a palavra, a Sr. **Amália de Oliveira** referiu-se à argumentação invocada pelo PS, sobre a falta de contributos e de consensos da oposição, opinando que os consensos deveriam vir de ambas as partes, e recordando que fora eleita com um programa e com a responsabilidade de defender os munícipes que tinham votado em si, não estando ali para dizer ámen a tudo aquilo a que a Câmara decidia.

Depois, o Sr. Presidente facultou a palavra ao Sr. **António Jara**, que louvou o esforço que fora anunciado para reduzir as despesas e de aumentar as receitas. Não obstante isso, existindo uma margem mínima de investimento, considerou que seria exigível, num projecto, haver uma calendarização com aquilo que seria desejável, mas não, provavelmente, exequível, e com prazos e valores previstos para cada fase, porque, senão, não passava de um caderno de intenções.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Contrapondo à alocação do Sr. N. Lino, o Sr. **Ricardo Cardador** advogou que o seu ponto de vista estava errado, por entender que o endividamento líquido era um conceito, composto pelo endividamento de curto prazo e de longo prazo, e que tinha um limite estabelecido pela Lei das Finanças Locais, achando que a CME não se poderia endividar mais.

Reagindo à intervenção do Sr. G. Simão, lembrou que o PSD apresentara, através do Sr. Vereador A. Dieb, algumas propostas visando a redução da despesa e que algumas delas tinham sido incorporadas.

Por fim, especificou que o orçamento era um exercício científico de despesa e de receita, bem como de previsão, tornando claro que trouxera um gráfico para ilustrar melhor as suas teses acerca da matéria.

Por seu turno, o Sr. **José Russo** patenteou dúvidas sobre se a responsabilidade da mobilidade dos funcionários das escolas do 1º ciclo era da Câmara ou não, supondo que competia a esta pagar-lhes e à Direção Regional de Educação a incumbência atrás aludida. Isto a propósito de ter a noção que o PS tem alguma dificuldade em ouvir a oposição, gerando situações com alguma complexidade em vários estabelecimentos de ensino, que dantes não existiam. Para si, o PS vinha a fazer a rotatividade dos profissionais para não ganharem vícios, tendo ideia inversa, ou seja, de que «equipa que joga bem não se altera». Também segundo o seu ponto de vista, este processo carecia de correcção, apesar de reconhecer que o PS só corrige em situações de ruptura, dando como exemplo os factos ocorridos com os professores, antes das últimas eleições para a A. R.

No que respeita às GOP, focou as obras previstas para o Teatro Garcia de Resende, que implicavam mexer na estrutura do palco, discordando com a sua efectuação, não deixando de anunciar que o CENDREV já tinha informado o Executivo, mediante ofício, o seu descontentamento relativamente às mesmas, por lhe parecer que não faziam sentido.

Por fim, desafiou a Administração Municipal a envolver mais, na solução dos problemas da cidade, as instituições, as colectividades e as associações, por pensar que era preciso encontrar soluções mais eficazes e com menor custo, nomeadamente ao nível das candidaturas aos fundos comunitários.

No que concerne ao apontamento do Sr. N. Lino, o Sr. **Abílio Fernandes** explicitou que os fornecedores tinham pouco a ver com a Lei das Finanças Locais, aconselhando-o a aprofundar a Lei do Saneamento Financeiro, para ficar ao corrente das questões relacionadas com as dívidas de curto prazo e das situações de desequilíbrio conjuntural.

Posteriormente, o Sr. **Baltazar Damas** manifestou a sua preocupação para com os trabalhadores da CME, por causa das críticas levantadas por alguns Membros do plenário, no que respeita ao conteúdo e à forma dos documentos elaborados e apresentados pelos serviços da Câmara, discordando de tais posições, em virtude de entender que os supracitados funcionavam em função das suas realidades e das orientações dos respectivos departamentos. Do seu ponto de vista, poder-se-ia estar a criar um diagnóstico de que eles não estariam a trabalhar em condições, o que poderia pôr em causa os seus empregos.

No que toca às dívidas às Freguesias, aos transportes escolares e às cantinas, louvou o esforço da CME para diminuir parte delas.

Retorquido aos apontamentos do Sr. J. Russo, o Sr. **Henrique Troncho** fez notar que a bancada do PS sabia ouvir.



Logo após, patenteou o seu acordo com a frase «equipa que joga bem não se altera», exemplificando com o facto de o povo português ter votado maioritariamente no PS, quer nas legislativas, quer nas autárquicas (em Évora).

Paralelamente, sustentou que o PS, não possuindo maioria absoluta, tinha o direito e o dever de colaborar com as forças da oposição, julgando que a realidade de ter sido oferecida à CDU, na Câmara, a hipótese de ter pelouros e de gerir processos importantes, fora uma prova de abertura.

Em resposta à Sra. A. Oliveira, opinou que, num regime democrático, era preciso medir as coisas, vincando que, tanto o PS como o BE, deviam respeitar a vontade do povo que elegera os seus representantes.

Ainda relativamente ao apontamento do Sr. J. Russo, o Sr. **Gazimba Simão** realçou a sua postura construtiva, no que respeita à captação de mais receitas, em colaboração com os agentes do concelho. No entanto, no que se refere às suas palavras sobre a mobilidade nas escolas do 1º ciclo, esclareceu que as pessoas eram as mesmas e a fazerem as coisas do costume, tendo apenas sido integradas no quadro da CME.

Logo após, a Sra. **Elmina Lopes** recordou que estava escrita, na certidão que a Câmara enviara, uma declaração de voto da Sra. Vereadora Jesuína, comunicando as razões pelas quais a CDU não dera contributos para o efeito.

Quanto à forma estrutural das GOP, defendeu que elas não deveriam ser um aglomerado de relatórios parcelares de serviços, fundamentando que deveria haver, por parte da CME, um trabalho de síntese, de análise, de calendarização e de priorização dos temas. Disse, também, que o documento em apreço demonstrava uma aparente falta de vontade e de rigor em discutir todas as questões integrantes, reforçando a tese de as sessões da AME virem a ser convocadas através de suporte digital.

Por fim, manifestou o seu ponto de vista acerca do encontro de vontades em regime democrático, recordando que a população de Évora tinha elegido uma Câmara multicolor, com várias representações partidárias, advogando que as propostas da oposição deveriam ser levadas em consideração, mediante de um encontro de consensos, demonstrando, assim, a vontade da população.

Contraopondo ao discurso do Sr. B. Damas, o Sr. **António Metrogos** acentuou que a dívida da edilidade para com a sua Junta de Guadalupe ainda não fora amortizada.

Na sequência da intervenção anterior, o Sr. **João Rodrigues** anunciou que na Freguesia de Torre de Coelheiros não era hábito reclamar, ao Executivo camarário, qualquer montante sem ter efectiva necessidade. No entanto, não deixou de informar que cerca de 25% do orçamento da Junta estava por receber, exemplificando que tinha a haver, entre outras, as verbas dos transportes escolares, desde Novembro, e das cantinas escolares, desde Setembro, num valor a rondar os 40.000 €.

Reagindo às dissertações anteriores, o Sr. **João Ricardo** clarificou que os problemas das Juntas de Freguesia da CDU eram os mesmos das do PS, tentando, assim, afastar as insinuações de que estas últimas estavam a ser privilegiadas.

Mais à frente, achou que já era altura de se começar a pensar na forma de actuação conjunta da Câmara e da Juntas, em termos de aproveitamento dos respectivos recursos, com o objectivo de minorar as despesas e de rentabilizar os projectos.



De imediato, defendeu que os critérios de distribuição das verbas do FEF eram injustos, exemplificando com os casos de algumas Freguesias que, com três vezes mais população do que outras, recebem, do OGE, cinco vezes menos dinheiro do que das outras.

Para fechar, fez menção a uma proposta formulada pela CDU em reunião de Câmara, com o intuito de subir o plafond das quantias a transferir da edilidade para as Juntas, de 2.500 € para 3.000 €, esclarecendo que os 500 € de diferença não iriam entrar nos cofres das Freguesias, uma vez que iriam ser geridos pela própria CME, para além de ter opinado que o dito plafond era mais uma acção de justiça do que uma medida de financiamento.

Em aditamento à sua anterior alocução, o Sr. **António Metrogos** clarificou que a Junta de Guadalupe tinha a haver da Câmara, no que concerne aos transportes escolares, subsídios correspondentes aos meses entre Setembro/09 e Janeiro /10, bem como os vencimentos de uma auxiliar do Jardim de Infância, respeitantes aos meses entre Junho e Dezembro de 2009, acrescentando que, neste caso, a Junta adiantara o numerário para lhe pagar.

Retorquindo a este ciclo de intervenções, o Sr. **Presidente da CME** principiou por abordar as críticas à suposta desorganização do Orçamento, explicando que não se tratava de tal nem de uma gralha, sendo apenas uma imposição do actual modelo de contabilidade autárquica, que obriga que não pode haver, de ano para ano, mudança de numeração de rubricas que se referem ao mesmo projecto, isto é, é preciso adaptar os objectivos à numeração transitada do exercício anterior.

Quanto ao facto de se ter comparado projectos com obras, opinou que era uma questão de interpretação, pensando que durante o decurso de um projecto, este tem sempre essa designação, independentemente das suas fases.

Relativamente ao Plano Estratégico, enfatizou que não existia qualquer contradição e elucidou que os cinco capítulos que se apresentavam, nas GOP, como prioritários tinham sido retirados do mesmo, tendo-se procurado incorporar neste algumas das ideias dos programas eleitorais das forças que constituíam a Câmara.

Já no que toca aos subsídios e/ou apoios, fez notar que, dada a dificuldade financeira que o país atravessa, os reflexos se iriam propagar a todos os municípios e às juntas de freguesia, bem como aos vários agentes do concelho, recordando que as Juntas já estavam a ser contempladas com verbas provindas do OGE, e que não havia obrigação de as edilidades transferirem dinheiro para elas, sendo propósito da CME de ajudá-las coma intenção de incentivar o trabalho de cooperação entre ambas as partes e de prestar ajuda à população, de forma indirecta.

Contrariando a ideia do Sr. A. Fernandes, advogou que a autarquia não estava em situação de desequilíbrio financeiro nem de inibição de uso de cheques, frisando, inclusive, que não haviam filas de espera para pagar aos credores, congratulando-se com a tese de o município eborense ser um dos principais suportes para a economia local.

Relativamente às convocatórias dos Membros por via de correio electrónico ou por CD, no sentido de se poupar papel, lembrou que, em tempos, já ocorrera tal experiência, mas sem sucesso. De qualquer modo, prontificou-se a disponibilizar a documentação para as sessões deste Órgão pelos meios já anunciados.

Depois, rejeitou plenamente as considerações emitidas sobre a suposta instrumentalização política da revista “Cidade de Évora” e do Boletim Municipal, justificando que, na sua óptica, não havia nenhuma câmara no país que não recorresse a qualquer tipo de publicações para esclarecer os munícipes.



Posteriormente, explicou que o enriquecimento curricular era feito de acordo com planos e programas estabelecidos com os agrupamentos escolares, anunciando que tinham sido definidas quatro áreas para o efeito, a saber: educação para a cidadania, inglês, música e desporto. Referiu, também, que não fora a edilidade que as impusera, acrescentando que elas tinham resultado de conversações com os conselhos escolares, compostos pelas associações de pais, pelas direcções dos estabelecimentos de ensino e pelos próprios professores e alunos.

Por fim, salientou que, dos projectos incluídos nos documentos em título, apenas três tinham a ver com obras novas, nomeadamente a nova rede de distribuição de água à Freguesia de S. Manços, o alargamento do cemitério de S. Miguel de Machede e a conclusão da obra do parque industrial da Freguesia de S. Sebastião da Giesteira, anunciando que os restantes já estavam em curso, ou em fase de adjudicação ou de concurso. Para além disto, divulgou que existiam projectos considerados importantes que, dadas as dificuldades financeiras, não puderam ser inseridos nos documentos em discussão.

Posto isto, o Sr. **Celino Silva** chamou à atenção para o facto de o orador anterior ter passado por cima de uma série de questões que levantara, recordando que já não era a primeira vez que tal acontecia.

Repetindo o que já dissera, o Sr. **Ricardo Cardador** voltou a inquirir qual era despesa que o Executivo iria prescindir perante o cenário de não conseguir obter a receita esperada.

Em resposta, o Sr. **Presidente da autarquia** observou que haviam graus de prioridade e que a situação teria de ser estudada e analisada, caso viesse a surgir. Apesar de tudo, sempre argumentou que, face a tal eventualidade, a Administração Municipal teria de retirar a obra da circular, para permitir a edificação da Escola do Bairro dos Canaviais.

Tendo em conta a posição do Sr. R. Cardador, o Sr. **Henrique Troncho** solicitou à bancada do PSD que sugerisse projectos para deixar cair, com o objectivo de se acabar com dicotomia entre a receita e a despesa.

Reagindo ao apontamento do orador antecedente, o Sr. **Ricardo Cardador** lembrou que a responsabilidade da apresentação do Orçamento era da Câmara, sublinhando que colocara a pergunta por uma questão de transparência.

Na sequência do repto lançado pelo Sr. H. Troncho, o Sr. **Florival Pinto** informou que o PSD fizera tal exercício, rubrica a rubrica, através do Vereador António Dieb, em reunião de Câmara, propondo inúmeros cortes, designadamente nas “Festas da Cidade” (Feira de S. João) e em publicidade, os quais não tiveram acolhimento por parte do Executivo.

Prontamente, o Sr. **Presidente da CME** revelou que os alvites formulados pelo Sr. Vereador A. Dieb implicariam a redução do Orçamento para 50.000.000 €, considerando semelhante número completamente impossível, em função dos compromissos assumidos pela Administração Municipal.

Face ao exposto, o Sr. **Florival Pinto** relevou que a sugestão feita pelo Sr. H. Troncho não tinha cabimento, porque o PSD fizera o «trabalho de casa» e contribuíra com o possível para o efeito.



Contraopondo, o Sr. **Henrique Troncho** elucidou que se limitara a apelar à cooperação do PSD visando a melhoria do Orçamento.

Ainda sobre a matéria em debate, o Sr. **Pedro Giões** mostrou disponibilidade para facultar ao Sr. H. Troncho as propostas apresentadas pelo PSD em reunião de Câmara, para o mesmo as consultar e discuti-las mais tarde.

Constatando a inexistência de mais inscrições para uso da palavra, o Sr. **Presidente** avançou para a votação das Grandes Opções do Plano, as quais foram aprovadas por maioria, com dezoito votos a favor (do PS), quinze votos contra (catorze da CDU e um do BE) e cinco abstenções (do PSD).

Depois passou à votação do Orçamento, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com dezoito votos a favor (do PS), quinze votos contra (catorze da CDU e um do BE) e cinco abstenções (do PSD).

Por fim, colocou à votação o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio 2010/2013, que obteve dezoito votos a favor (do PS), quinze votos contra (catorze da CDU e um do BE) e cinco abstenções (do PSD).

**Declaração de voto de Elmina Lopes:** *“Reafirmamos a posição assumida pelos Vereadores da CDU na Câmara Municipal, comungando do conjunto de preocupações manifestadas na sua declaração de voto apresentada na minuta presente a esta Assembleia, em particular a ausência de informação atempada e substantiva para que a CDU pudesse apresentar sugestões e propostas que pudessem enriquecer as Grandes Opções do Plano. Em vez de um diálogo aberto, construtivo, com todas as forças políticas do concelho, confirma-se, sem qualquer espécie de dúvida, o funcionamento do bloco central, quando estão em causa as orientações para a gestão do município. À semelhança do que aconteceu com o Orçamento de Estado, o PS, em Évora, também escolheu um parceiro que lhe convém para viabilizar a sua política, que, como se constata, só poderia ser o PSD.*

*Relativamente às GOP propriamente ditas, constatamos a ausência de estratégias, de definição de prioridades e de rigor na apresentação do documento orientador da actividade da autarquia para o ano de 2010. Para dar um pequeno exemplo, a definição dos objectivos não apresenta nenhuma coerência estrutural. São repetidas, em diversos pontos, as mesmas questões, os objectivos são apresentados como uma manta de retalhos, misturando em cada objectivo matérias variadas que não correspondem directamente ao objectivo definido.*

*As grandes obras do Salão Central e do Complexo Desportivo Municipal, lançadas antes das eleições, com sóbrios e solenes tapumes e cartazes, são apenas uma miragem. Para o primeiro há agora novas condições e para o segundo esperamos que 2010 seja o ano do arranque.*

*Em coerência com o que nos vem habituando esta gestão do PS, estamos, mais uma vez, perante um Plano que se traduz num exaustivo enunciado de obras e projectos de pequena e grande envergadura, que chegaremos ao final do ano e verificaremos que tudo o que aqui se anuncia, afinal, muito pouco estará feito. Claro que uma vez mais virão as desculpas da crise, dos atrasos das verbas europeias, dos Tribunais de Contas e, seguramente, desculpas outras que agora não descortinamos.*

*Um plano, no nosso entendimento, tem de ser um compromisso que se deverá traduzir numa ideia clara de desenvolvimento da cidade e do concelho e que essa ideia deverá ser consubstanciada num conjunto de soluções concretas para resolver os principais problemas que afligem a população. A concretização desse Plano só é possível com o envolvimento da sociedade nas suas diversas valências. A gestão participada é, quanto a nós, uma prática absolutamente necessária à resolução*



*dos problemas da comunidade. Não nos reconhecemos neste modelo ilusionista de gestão, porque o nosso projecto para a cidade e para o concelho prevê o desenvolvimento equilibrado do município, centrado no bem-estar e valorização dos cidadãos e, por isso, o nosso voto só pode ser contra”.*

**Declaração de voto de Pedro Giões:** *“Tendo o PSD contribuído com algumas propostas, que foram aceites para a construção deste Orçamento, o voto desta bancada foi no sentido da abstenção, pois não nos revemos no mesmo, devido, principalmente, às opções de gestão. No nosso entender, a despesa apresentada de 81.000.000 € dificilmente será suportada por uma receita que, pelo seu histórico, será difícil, ou mesmo impossível, de atingir os valores previsionais apresentados. A actual situação da economia nacional, em que se procura reduzir as despesas e o endividamento, o documento que nos foi apresentado parece descontextualizado da realidade portuguesa e poderá possibilitar o aumento do endividamento no município, que há muito vive para além das suas capacidades reais de captação de receita própria. Estabelece prioridades, em termos de actividades, que não correspondem ao que, para nós, não deveriam ser as apostas desta Câmara. No entanto, consideramos que o actual Executivo, eleito há quatro meses, mantém a legitimidade para estabelecer as suas prioridades, para este ano e para os três anos subsequentes».*

**Declaração de voto de Florival Pinto:** *“O documento que acabámos de aprovar, com a abstenção do PSD, não considera as principais linhas de conclusão apresentadas pelo Estudo Estratégico, no mandato anterior, o qual foi reconhecido, pela maioria desta Câmara, ter condições adequadas para conduzir o futuro do nosso município. Em face disso, procurámos contribuir dentro das nossas propostas de programa eleitoral e do que nos pareceu possível de execução dentro dos próximos anos, em termos de actividades.*

*Respeitando a actividade democrática do início do mandato, consideramos que ao viabilizar, com a abstenção, este Orçamento, estamos a prestar um bom serviço ao concelho. De facto, em apenas três meses de mandato, o PSD já foi acusado, pelo PS, de coligação negativa com a CDU. Noutros momentos, é acusado de coligação ao centro, com o PS, pelos eleitos da CDU. Com tamanha confusão, só nos resta concluir que o caminho do PSD, pelo seu próprio pé, incomoda muita gente. É caso para dizer que as oposições ao PSD têm de se organizar”.*

### **PONTO 3 – DELIBERAÇÃO ACERCA DA PROPOSTA DA CME REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EVENTUAIS EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO EM 2010**

Antes de se dar início à apresentação deste ponto, o Sr. **Florival Pinto** anunciou que apenas recebera, conjuntamente com a convocatória, o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município, faltando, ao abrigo do n.º 7 do art.º 8º do Regimento da AME, a informação das condições praticadas pelas instituições de crédito para os empréstimos em causa.

Perante o explanado, o Sr. **Presidente** argumentou que a proposta apenas visava autorizar a Câmara a iniciar um processo negocial com as instituições financeiras que entendesse e não a contrair um empréstimo específico.



O Sr. **Presidente da edilidade** confirmou as palavras do orador antecedente e esclareceu que era prática comum que, aquando da aprovação do Orçamento e em acto contínuo, se aprovasse também uma autorização para permitir ao Executivo, em caso de precisão, iniciar um procedimento destinado a requerer créditos de curto prazo, adiantando que só em função da efectivação destes as propostas teriam de vir acompanhadas de toda a informação necessária.

Constatando a inexistência de inscrições para analisar o 3º ponto da agenda, o Sr. **Presidente** pô-lo à votação, que foi aprovado por unanimidade.

#### **PONTO 4 – DELIBERAÇÃO SOBRE O MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA PARA O ANO DE 2010, PROPOSTO PELA MESMA**

O Sr. **Presidente da Câmara** explicou que a proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2010 incluía as admissões e as alterações descritas na certidão, salientando, no entanto, que parte dos 304 funcionários com contrato a tempo determinado tinham processos a decorrer para transitarem para contratos por tempo indeterminado, traduzindo-se isto num aumento de gastos para a autarquia. Também neste contexto, participou que as despesas previstas para o sector iriam atingir os 22.000.000€, sobressaindo os encargos sociais com os respectivos colaboradores, e que fora ouvida a Comissão Sindical dos Trabalhadores da CME para o efeito.

Por fim, anunciou que era sua intenção continuar com a valorização do tempo de serviço e da classificação dos profissionais da edilidade, através da sua progressão na carreira, impedindo, assim, a estagnação dos mesmos.

Posteriormente, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. **José Russo**, que questionou o ponto de situação dos concursos abertos em 2009 e da respectiva conclusão, bem como se tais vagas estavam contempladas no Mapa de Pessoal em apreço, inquirindo, inclusive, se estavam considerados novos concursos para 2010.

Por sua vez, o Sr. **Florival Pinto** pronunciou que a intenção da CME, de reduzir a precariedade de trabalho dos seus funcionários, recolhia todo o apoio do PSD, não deixando de dar a conhecer que o dito já afirmara tal em reunião de Câmara.

Mais à frente, expressou que a certidão não plasmava, na sua verdadeira essência, tudo o que fora dissertado em sede de reunião de Câmara, justificando que, por proposta do Sr. Vereador A. Dieb, ficara acordado que quando vagassem os lugares de contratos a termo, devido à tramitação dos funcionários para contratos por tempo indeterminado, os mesmos seriam extintos, não havendo espaço para a sua reocupação.

Face às interpelações formuladas, o Sr. **Presidente da CME** começou por responder ao Sr. J. Russo, anunciando que os concursos estavam em curso. No entanto, clarificou que o processo era moroso, dado o elevado número de candidatos por concurso, esperando que fossem concluídos o mais breve possível.

Relativamente ao apontamento do Sr. F. Pinto, transmitiu que os lugares postos a concurso estavam espelhados no mapa em apreciação, assumindo que havia um compromisso ético destinado àquilo que o Sr. F. Pinto falara.



Em face da confirmação do orador anterior e porque se tratava de uma matéria que poderia ser objecto de alterações por parte da AME, o Sr. **Florival Pinto** propôs que se incluísse no Mapa em causa uma alínea a indicar «lugar a extinguir quando vagar», respeitante aos contratos a termo.

Por sua vez, o Sr. **Henrique Troncho** advogou que, relativamente aos lugares já ocupados, era possível suprimi-los quando ficassem livres, mas que, no que concerne aos que se iriam criar, não se poderia extingui-los quando vagassem, uma vez que não estavam preenchidos.

Entretanto, o Sr. **Presidente da autarquia** certificou que, quando existiam quadros de pessoal e haviam nomeações para além deste, as atrás citadas eram suprimidas quando vagassem.

Por outro lado, lembrou que toda a base legal de contratação na função pública mudara, passando de quadro para mapas, parecendo-lhe que o compromisso levantado pelo Sr. F. Pinto não tinha cabimento, ou seja, julgava que qualquer lugar só poderia ser extinto se já tivesse sido implementado. Perante esta tese, manifestou a ideia de que a contratação por termo indeterminado ficava à margem de qualquer mapa de pessoal. De qualquer modo, aceitou que se colocasse a referida alínea no documento, ficando sujeita à apreciação técnica e jurídica dos serviços da Câmara.

Em resposta, o Sr. **Florival Pinto** especificou que a proposta de inclusão da alínea no mapa em discussão só poderia ser aplicada às vagas apresentadas na coluna seis do mesmo, que representavam os contratos a termo certo, que, mais tarde, iriam passar a contratos por tempo indeterminado.

Em aditamento à sua anterior intervenção, o Sr. **Presidente da CME** deu conta que, para as piscinas e para a Feira de S. João, a edilidade estava obrigada à formatação de contratos por tempo determinado (3/4/5 meses), elucidando que quando estes chegavam ao fim o posto acabava.

De imediato, o Sr. **Celino Silva** opinou que a matéria em questão não poderia sofrer propostas de alteração por parte da A. M.

O apontamento do orador antecedente levou o Sr. **Presidente** a consultar o Regimento deste Órgão, tendo concluído que, de acordo com a alínea o) do n.º 2 do art.º 8º, salvaguardada pelo n.º 6 do mesmo artigo, o mapa de pessoal poderia ser objecto de alterações.

Suspendendo temporariamente (até ao término da discussão deste ponto, conforme estipula o Regimento) as suas funções de Secretária da Mesa para poder falar, a Sr. **Amália de Oliveira** defendeu que o que se pretendia era que o posto de qualquer contrato a termo certo fosse suprimido logo após a passagem do respectivo funcionário para um contrato por tempo indeterminado, evitando-se, assim, que o primeiro fosse novamente ocupado.

Uma vez que a Administração Municipal, na voz do seu Presidente, admitira a inserção da referida alínea na sua proposta inicial, ainda que pendente de uma consulta aos serviços técnicos e jurídicos da Câmara, e dado que mais ninguém desejou aflorar do 4º ponto da ordem do dia, o Sr. **Presidente** colocou-o à votação, o qual foi aprovado por maioria, com vinte e quatro votos a favor (dezoito do PS, cinco do PSD e um do BE) e treze abstenções (da CDU).



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Declaração de voto do Sr. José Russo: “A nossa abstenção não decorre de qualquer desacordo relativamente às matérias equacionadas. Apenas decorre da circunstância de não termos a informação necessária sobre o Quadro de Pessoal”.

### **PONTO 5 – DELIBERAÇÃO ACERCA DA PROPOSTA DA CME VISANDO A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DO SITEE-EM – SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTES E ESTACIONAMENTOS DE ÉVORA, EM, LDA.**

O Sr. **Presidente da autarquia** elucidou que a proposta em título correspondia ao nível de remuneração praticado em todas as empresas municipais, isto é, o vogal executivo iria auferir um vencimento equivalente ao cargo de director de departamento da CME.

Como nenhum Membro se inscreveu para debater o 5º ponto da ordem de trabalhos, o Sr. **Presidente** pô-lo à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

### **PONTO 6 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CME PARA A CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DA CAFETARIA DO CONVENTO DOS REMÉDIOS**

O Sr. **Presidente da Câmara** explicou que se pretendia a abertura de um concurso com o objectivo de estimular alguém que aparecesse com condições para explorar aquele espaço comercial.

Dado que ninguém desejou discutir o 6º ponto da agenda, o Sr. **Presidente** colocou-o à votação, que foi aprovado por unanimidade.

### **PONTO 7 – DELIBERAÇÃO ACERCA DA PROPOSTA DA CME PARA A CONCESSÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE TV POR CABO**

O Sr. **Presidente da edilidade** recordou que a Câmara instalara TV por cabo no perímetro do centro histórico, mas que a mesma já demonstrava uma degradação muito elevada, devido ao tempo de utilização, circunstância que a levava a solicitar à AME autorização para a abertura de um concurso destinado a tal exploração, garantindo que continuaria a ser fornecido, a todos os munícipes subscritores dos primeiros contratos e gratuitamente, um pacote de canais de sinal aberto.

Em virtude de ninguém ter querido aprofundar o 7º ponto da ordem do dia, o Sr. **Presidente** pô-lo à votação, o qual foi aprovado por unanimidade.



**PONTO 8 – DELIBERAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR EXECUTIVO DA SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA “ÉVORA VIVA” – SRU, PROPOSTA PELA CÂMARA MUNICIPAL**

O Sr. **Presidente da autarquia** explicitou que se propunha que o administrador executivo ficasse com uma remuneração equiparada ao cargo de director de departamento da CME.

Como nenhum dos presentes quis pronunciar-se sobre o 8º ponto da ordem de trabalhos, o Sr. **Presidente** colocou-o à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

**PONTO 9 – DELIBERAÇÃO ACERCA DA DESAFECTAÇÃO DE USO E DE DOMÍNIO PÚBLICO DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NA RUA DOS PENEDOS, FREGUESIA DE SANTO ANTÃO, PROPOSTA PELA CME**

O Sr. **Presidente da CME** elucidou que tratava de solicitar à A. M. autorização para a transferência de uma parcela de terreno, com cerca de 2,3 m<sup>2</sup>, do domínio público para domínio privado, a fim de se proporcionar uma negociação com o proprietário da habitação confinante, que se justificava por uma questão de reperfilamento das fachadas do próprio imóvel, baseado num parecer dos serviços do município.

Dada a ausência de inscrições para analisar o 9º ponto da agenda, o Sr. **Presidente** pô-lo à votação, que foi aprovado por unanimidade.

**PONTO 10 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO DE ÉVORA**

O Sr. **Presidente da CME** divulgou que o documento em título fora elaborado pelo ROC, o qual era agora presente à AME, depois de ter sido dado a conhecer ao Executivo.

Simultaneamente, asseverou que as conclusões do relatório eram pedagógicas, uma vez que apontavam linhas de correcção, ou mesmo de confirmação, de algumas das práticas da contabilidade e da gestão que estavam em curso.

Citando o último parágrafo da página 8 da certidão, o Sr. **Abílio Fernandes** alertou que tais fundamentos contrariavam as palavras do orador anterior, em matéria da pressão dos fornecedores sobre a tesouraria da Câmara, relativamente à sua dívida para com eles.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Não se registando mais pedidos para abordar o 10º ponto da ordem do dia, o Sr. **Presidente** deu-o por encerrado.

### **PONTO 11 – DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA AME PARA INTEGRAR O CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DOS CENTROS DE SAÚDE DO ALENTEJO CENTRAL II, NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 28/2008, DE 22 DE FEVEREIRO**

O Sr. **Presidente** anunciou que lhe tinham feito chegar duas propostas, uma vinda do G. M. do PS, sugerindo a Sra. **Filomena Araújo** para o cargo em vista, e outra, apresentada pelo G. M. da CDU, alvitando o Sr. **António Jara** para o efeito. Como se tratava da designação de pessoas, chamou à atenção de que havia necessidade de recorrer ao processo de votação por meio de escrutínio secreto, propondo aos Membros da Assembleia que escrevessem, nos boletins entretanto distribuídos, **Filomena** ou **Jara**, consoante os seus critérios de escolha.

Efectuada a respectiva triagem, apurou-se o seguinte resultado: vinte votos a favor da Sra. Filomena e dezassete votos a favor do Sr. Jara. Nesta conformidade, a Sra. **Filomena Araújo** será a representante da AME no Conselho em causa.

### **APROVAÇÃO EM MINUTA**

O colectivo deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta os pontos **2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 11** da ordem do dia desta reunião, nos termos do n.º 3 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Na medida em que ninguém da assistência desejou intervir, o Sr. **Presidente** deu por terminada a sessão pelas três horas e dezoito minutos do dia seguinte, da qual e para constar se lavrou esta acta, que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

**Presidente** – Luís Manuel Capoulas Santos

**1ª Secretária** – Maria Helena dos Santos Costa

**2ª Secretária** – Amália Maria M. Espiridão de Oliveira

(Acta aprovada por maioria, na sessão de 17/04/2010, com 31 votos a favor e 8 abstenções)